

Culturas Locais

Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira

O PCN, OS CURRÍCULOS PRATICADOS E A DIVERSIDADE REGIONAL



Aluna da Escola Municipal Gilberto Cardoso, em Teixeira de Freitas – BA, narrando como é o espaço por ela vivenciado no cotidiano.

Sou professora há vinte anos e, apesar de reconhecer a diversidade cultural brasileira, não posso negar a importância política de um Parâmetro Curricular Nacional. O Brasil tem uma extensão territorial continental e um parâmetro mínimo do que se deve estudar é necessário para se constituir uma idéia de unidade territorial, de nação. Além disso, considerando os movimentos migratórios, sem um parâmetro mínimo, seria praticamente impossível que as escolas recebessem alunos vindos de outras cidades ou regiões brasileiras. A minha própria experiência como educadora, por questões particulares, foi tecida durante vinte anos

em várias regiões brasileiras, já que necessitava me transferir constantemente para acompanhar meu marido. Morei em Goiás, Piauí, Minas Gerais, Pará, e atualmente moro no estado da Bahia.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental constituem um documento referencial de qualidade para a educação em todos os estados da federação. Ainda de acordo com o MEC, os PCN objetivam orientar todos os professores, por mais distantes que estejam. Como o próprio nome indica, os parâmetros estão longe de impedir que novos conteúdos, principalmente os relacionados às diferenças regionais, sejam estudados.

Para os professores que atuam fora dos grandes centros de poder/saber, e, por conta disso, ocupam lugares subalternos na hierarquia dos *saberesfazeres* que resulta de avaliações realizadas a partir de um ponto de vista hegemônico, os parâmetros curriculares são compreendidos como uma possibilidade de democratização e unificação do *ensinoaprendizagem* dentro do território nacional, numa tentativa de evitar, ou pelo menos diminuir, as disparidades educacionais decorrentes das diferenças socioeconômicas regionais. Embora contrária à ideia de unificação, quando ela remete às idéias de massificação e universalismo, compreendo que do ponto de vista daqueles que estão às margens dos centros de saber/poder a idéia de equiparação repercute como possibilidade, ainda que muitas vezes ilusória, de acesso e nivelamento em relação ao que se produz nos grandes centros. Significa, portanto, inclusão.

Nesse sentido, considero necessário compreender o significado político dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os professores das pequenas e médias cidades brasileiras, ao invés de julgarmos como alienado e inocente o modo pelo qual eles defendem e aderem, para muitos sem críticas, ao documento. O que de fato ocorre é que os normativos e as prescrições curriculares são apropriados e ressignificados nas práticas educativas locais, sem

deixar de constituir um elemento importante dos currículos praticados nas escolas.

Nos contextos cotidianos das escolas, professores e alunos, em suas práticas educativas fazem “usos” (CERTEAU, 1994) do que lhes é prescrito, sugerido ou imposto para produzir outras coisas, da forma como que lhes é possível e necessária para a sobrevivência em suas contingências presentes. Nessas operações de uso se produzem práticas criativas, participativas, engajadas, no contexto das realidades locais e, ao mesmo tempo, globais, em meio às quais se produzem conhecimentos significativos.

Assim, para melhor compreender a relação entre os normativos nacionais, seu significado político para muitos professores Brasil a fora e as práticas curriculares locais, pode ser útil, em nossas análises, tomar como ponto de partida a seguinte pergunta formulada por Michel de Certeau: “Que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los?” (1994, p.25).

.....

✓ *Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira: Mestre em Educação Ambiental pela Faculdade de Aracruz (ES) e professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).*

Referências bibliográficas (ou textuais):

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.*